

Elekeiroz S.A.

**Demonstrações contábeis
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil e com o IFRS em
31 de dezembro de 2018**



Relatório dos Administradores

Resultados de 2018

Cenário

A produção industrial brasileira registrou leve crescimento de 0,1% em novembro em comparação a outubro, primeira alta após 4 meses seguidos de queda de acordo com o IBGE. Os índices acumulados do ano (1,5%) e nos últimos 12 meses (1,8%) continuam positivos, mas o setor industrial seguiu mostrando perda de ritmo frente aos meses anteriores, impactada pela greve dos caminhoneiros, a crise nas exportações de produtos brasileiros, o mercado de trabalho ainda deteriorado e a incerteza política durante o período eleitoral que freou investimentos e o consumo.

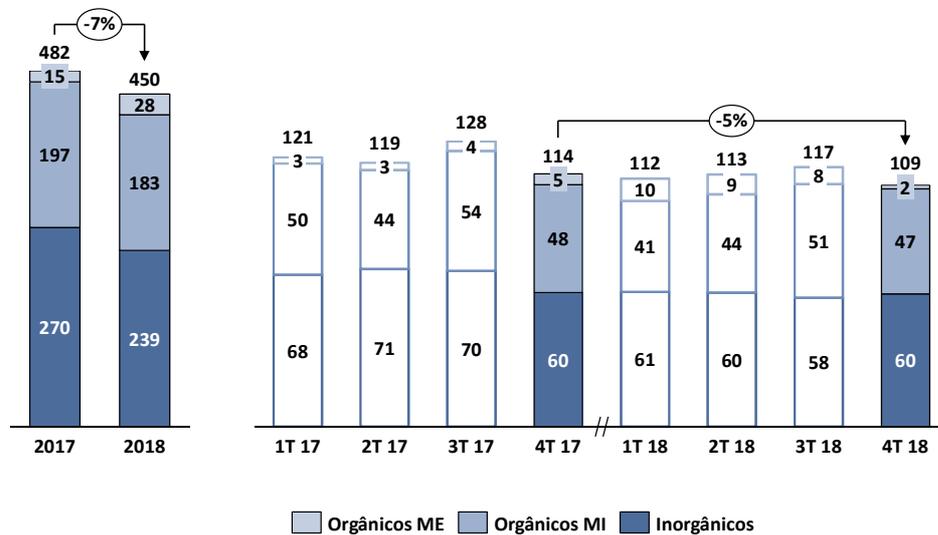
Conforme informações preliminares da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), os índices de volume de produção e de demanda nacional tiveram resultados negativos em 2018, comparados a 2017. A produção recuou 3,9%, enquanto a demanda nacional por produtos químicos, medida pelo consumo aparente nacional (CAN), teve retração de 1,1% no período.

Desempenho Operacional da Elekeiroz – Expedições

As expedições de produtos em 2018 foram 7% inferiores a 2017, com queda de 11% nas expedições de produtos inorgânicos e estabilidade nas vendas dos produtos orgânicos.

No último trimestre as vendas foram 5% inferiores às realizadas no mesmo período do ano passado, queda motivada, sobretudo, pela redução na expedição dos produtos orgânicos (-8%), influenciada pelas paradas programadas para manutenção nas plantas de gases e oxo-álcoois. O volume vendido de produtos inorgânicos apresentou leve queda de 1% (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Expedição de Produtos (1.000 t)

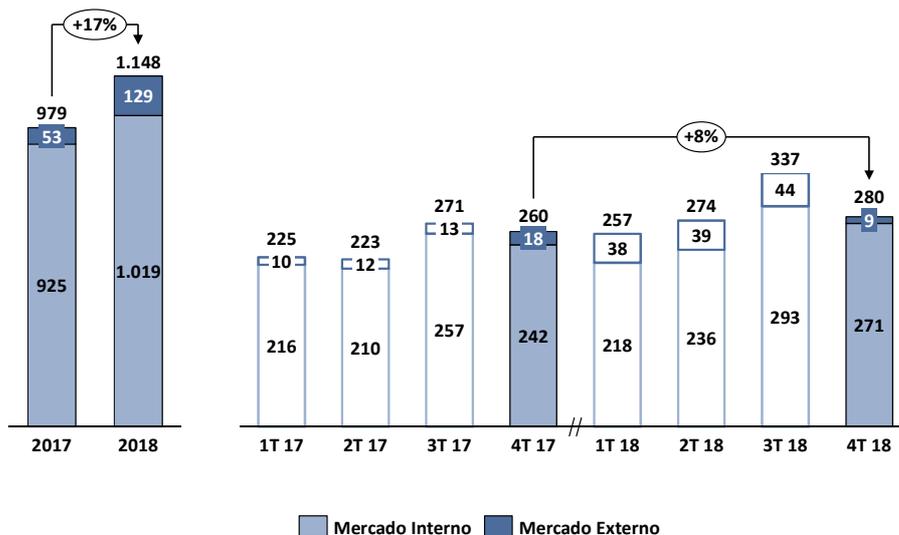


Desempenho Financeiro da Elekeiroz

Mesmo com a queda de volume expedido, a receita líquida de 2018 foi 17% superior à de 2017, com altas de 10% nas vendas internas e 143% nas exportações.

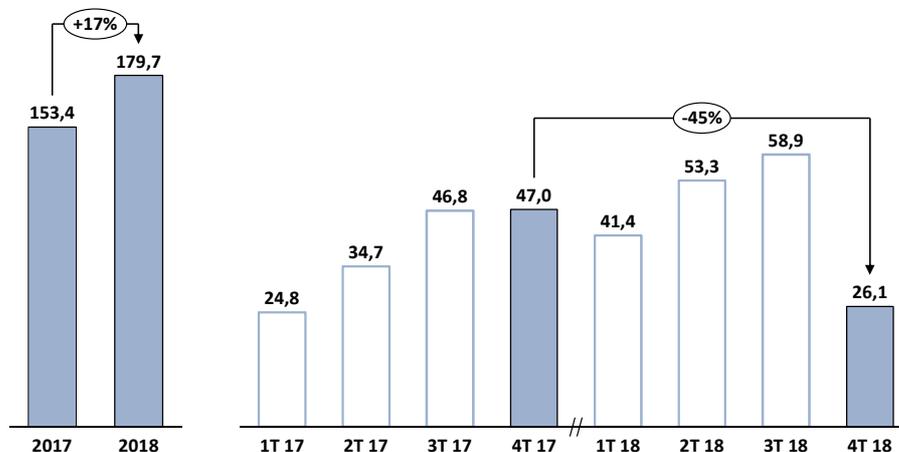
O resultado do trimestre ficou 8% acima do realizado no 4º trimestre de 2017, puxado pelo crescimento de 12% nas vendas internas – as exportações foram 51% inferiores (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Receita Líquida (R\$ milhões)



Em função dos bons resultados apresentados nos 3 primeiros trimestres do ano, o lucro bruto registrou crescimento de 17% em 2018. A queda de 45% verificada no 4º trimestre foi fortemente motivada pelas paradas programadas de manutenção das plantas e por um mercado desaquecido, principalmente em dezembro (Gráfico 3).

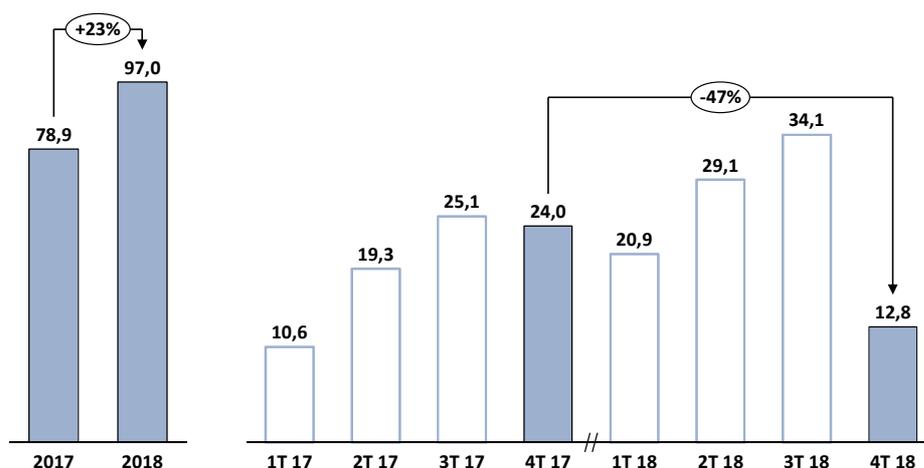
Gráfico 3 – Lucro Bruto (R\$ milhões)



Eventos Não Recorrentes: Em abril os resultados da empresa foram afetados por dois eventos de natureza não recorrente: venda de terreno não utilizado nas operações da companhia (R\$ 22,5 milhões) e baixa de ativo referente à parte não recuperável da empresa na contribuição de Plano de Previdência Privada, em função do fim do convênio de solidariedade da Elekeiroz (patrocinadora) com a Fundação Itaúsa Industrial (R\$ 10,2 milhões negativos). Em dezembro de 2017 tivemos o reconhecimento de crédito tributário decorrente de processo judicial com desfecho favorável à Companhia (R\$ 7,7 milhões).

O EBITDA seguiu a tendência do lucro bruto, sendo, no total do ano, 20% superior ao realizado em 2017 (margem EBITDA de 9,0%) e 46% inferior na comparação do 4º trimestre (margem EBITDA de 4,6%). Excluindo-se os efeitos dos eventos não recorrentes, o resultado de 2018 foi 23% superior ao de 2017 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – EBITDA Recorrente (R\$ milhões)



A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 66,2 milhões no ano (R\$ 61,9 milhões recorrente) e R\$ 12,8 milhões no último trimestre (Tabela 1).

Tabela 1 – Destaques Financeiros

R\$ milhões	Total do ano			4º trimestre		
	2018	2017	variação	2018	2017	variação
Receita Líquida	1.147,9	978,5	17%	279,6	259,8	8%
Mercado Interno	1.018,5	925,4	10%	270,9	242,1	12%
Mercado Externo	129,4	53,2	143%	8,8	17,7	-51%
CPV	968,2	825,2	17%	253,6	212,7	19%
Lucro Bruto	179,7	153,4	17%	26,1	47,0	-45%
<i>Margem Lucro Bruto</i>	15,7%	15,7%		9,3%	18,1%	
Lucro Líquido	66,2	47,7	39%	4,5	24,3	-81%
Lucro Líquido Recorrente	61,9	40,0	55%	4,5	16,7	-73%
EBITDA	103,6	86,6	20%	12,8	31,7	-60%
<i>Margem EBITDA</i>	9,0%	8,8%		4,6%	12,2%	
EBITDA Recorrente	97,0	78,9	23%	12,8	24,0	-47%
<i>Margem EBITDA Recorrente</i>	8,4%	8,1%		4,6%	9,2%	

Investimentos

Os investimentos alcançaram R\$ 39,1 milhões em 2018 e foram destinados à sustentação das operações da companhia.

Fatos Relevantes

1. Alteração de Controle Acionário

Em 4 de junho de 2018, a Elekeiroz comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que recebeu de Kilimanjaro Brasil Partners I B - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Fundo"), cujos recursos advêm de entidades no exterior geridas por H.I.G. Capital LLC, o comunicado sobre o fechamento da operação de alienação da totalidade da participação societária detida pela ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. no capital da Elekeiroz S.A. e a consequente alienação de seu controle, para o Fundo.

2. Pedido de Registro de Oferta Pública Unificada Decorrente de Troca de Controle e Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

Em 4 de julho a Elekeiroz foi informada pelo Fundo Kilimanjaro do pedido de registro de oferta pública unificada de aquisição, pelo Fundo, de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia (i) em decorrência da alienação do controle da Companhia pela ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. para o Fundo e (ii) para fins de cancelamento do registro da Companhia na categoria A e sua saída do Segmento Básico de Listagem da B3 ("OPA").

Em 24 de agosto, a Elekeiroz comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que: (a) conforme informado nos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 9, 14 e 16 de agosto de 2018, o Colegiado da Comissão de Mercado de Valor Mobiliários ("CVM"), em reunião realizada em 8 de agosto de 2018 ("Decisão do Colegiado"), deliberou acerca de, e deferiu parcialmente o pedido de acionistas minoritários para o adiamento da realização da assembleia especial do art. 4º-A da Lei das S.A., originalmente prevista para realizar-se em 09/08/2018

("AGESP"), no âmbito da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, nas modalidades por alienação de controle e para cancelamento de registro ("OPA Unificada"), cujo pedido de registro foi feito à CVM pelo acionista controlador da Companhia, Kilimanjaro Brasil Partners I B - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Ofertante"); (b) nesta data, a Companhia protocolou, perante a CVM, pedido de reconsideração da Decisão do Colegiado, solicitando a reconsideração e revisão da Decisão do Colegiado e o esclarecimento, pela CVM para a Companhia, acerca dos passos a serem seguidos pela Companhia para acomodar a AGESP já convocada dentro do cronograma da OPA Unificada; e (c) também nesta data, o Ofertante comunicou à Companhia que também protocolou, juntamente com a instituição intermediária da OPA Unificada, perante a CVM, pedido de anulação e subsidiariamente, de reconsideração da Decisão do Colegiado.

Considerando a submissão do pedido de reconsideração da Decisão do Colegiado pelo Ofertante, o processo para cancelamento de registro ficará suspenso até que o Colegiado da CVM aprecie o pleito em questão.

3. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Elekeiroz divulgou em 28 de setembro a deliberação do seu Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, declarando dividendo, imputável ao valor do dividendo mínimo obrigatório, de R\$ 0,6748 por ação, tendo como base de cálculo a posição acionária final do dia 04.10.2018, creditados de forma individualizada nos registros da Companhia e pagos aos acionistas em 15.10.2018.

Em 18 de dezembro a Elekeiroz divulgou a deliberação do seu Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, declarando o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,3334 por ação, por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2018, pagos no dia 15.01.2019, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, quando aplicável, resultando em juros líquidos de R\$ 0,2834 por ação, tendo como base de cálculo a posição acionária final do dia 21.12.2018 e creditados de forma individualizada a cada acionista nos registros da Companhia em 31.12.2018.

Desta forma, o total pago aos acionistas em forma de dividendos e juros sobre o capital próprio somou R\$ 31,7 milhões, correspondendo a 48% do lucro líquido.

Audidores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes S/S prestou exclusivamente serviços de auditoria independente para a Companhia em 2018 (Instrução CVM 381/03).

Conclusão e Agradecimentos

O resultado do ano foi significativamente melhor que o de 2017, apesar da queda no último trimestre, principalmente em virtude da manutenção de margens em um ambiente de preços mais elevados (alta de petróleo e dólar), além da combinação de *mix* de produtos mais favorável e excelência no desempenho operacional, compensando assim a redução dos volumes expedidos.

Agradecemos o comprometimento de nossos colaboradores, a confiança em nós depositada pelos clientes, a parceria com fornecedores e o apoio recebido dos acionistas.

A Administração

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2019**

DATA, HORA E LOCAL: em 29 de janeiro de 2019, às 10:00 horas, na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Vila Bela Cintra – Várzea Paulista/SP.

PRESIDENTE: Marcos Antonio De Marchi.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido sem ressalvas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (“BDO”), na qualidade de auditores independentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, em atendimento às práticas de Governança Corporativa; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada.

Várzea Paulista (SP), 29 de janeiro de 2019.

MARCOS ANTONIO DE MARCHI
Diretor Presidente

ELDER ANTONIO MARTINI
Diretor

RICARDO CRAVEIRO MASSARI
Diretor

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis findas
Em 31 de dezembro de 2018**

ELEKEIROZ S.A.

**Demonstrações contábeis findas
Em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Elekeiroz S.A.
Várzea Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Elekeiroz S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elekeiroz S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ajuste ao valor recuperável de ativos não financeiros

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados no montante de R\$ 109.932 mil e dos ativos intangíveis no montante de R\$ 1.386 mil envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela Administração da Companhia para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado, não foi identificada a necessidade de complemento de redução ao valor recuperável dos ativos relacionados às UGCs.

Detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável dos ativos estão descritos nas Notas "2.12 - Impairment de ativos não financeiros", "15 - Imobilizado" e "16 - Intangível" às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado e intangível de todas as UGCs da Companhia, que totalizam R\$ 111.318 mil, após ajustes de *impairment* efetuados em anos anteriores, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das UGCs.

Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que as UGCs da Companhia atuam. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos no montante de R\$ 18.345 mil envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar as bases tributárias futuras, as quais não ultrapassam 10 anos. As projeções incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como resultado das projeções realizadas pela Administração da Companhia, não foi identificada a necessidade de provisão adicional sobre o valor recuperável do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido.

Detalhes sobre a política contábil relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos estão descritos nas Notas “2.16 - Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido” e “11 – Tributos diferidos” às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com o registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e os procedimentos e as projeções futuras elaboradas pela Administração para determinação das bases tributárias futuras.

Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que Companhia atua. Adicionalmente, comparamos as projeções que suportaram o registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos nos anos anteriores com os resultados efetivos.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das premissas utilizadas pela Administração, com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos valores de ativos diferidos nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6



Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	114.891	56.357	Fornecedores	17	56.414	54.252
Ativos financeiros a valor justo	34	3.201	-	Empréstimos e financiamentos	18	87.797	80.807
Contas a receber de clientes	8	119.765	122.363	Obrigações com pessoal	17	10.162	9.669
Estoques	9	102.816	79.050	Outros passivos	17	8.262	8.901
Outros ativos	12	10.412	5.283	Tributos a recolher	19	4.224	5.930
Tributos a recuperar	10	18.393	28.412	Dividendos a pagar	30	10.587	7.767
Despesas antecipadas		2.341	1.719	Participações de funcionários e administradores		13.661	9.118
Total do ativo circulante		371.819	293.184	Total do passivo circulante		191.107	176.444
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a Longo Prazo:				Empréstimos e financiamentos	18	143.228	87.982
Investimentos mantidos até o vencimento	7(b)	-	3.587	Provisão para contingências	20	18.898	26.717
Tributos a recuperar	10	1.505	681	Outros passivos	17	15.999	15.408
Tributos diferidos	11	18.345	18.345	Total do passivo não circulante		178.125	130.107
Ativos financeiros a valor justo	34	-	430	Total do passivo		369.232	306.551
Outros ativos	12	30.318	25.500	Patrimônio líquido			
Propriedades para investimentos	14	2.023	2.029	Capital social	21(a)	103.057	103.057
Investimentos	13	19.697	21.245	Reserva de capital	21(c)	8.326	8.326
Imobilizado	15	109.932	90.167	Reserva de lucros	21(d)	74.410	39.895
Intangível	16	1.386	2.661	Total do patrimônio líquido		185.793	151.278
Total do ativo não circulante		183.206	164.645				
Total do ativo		555.025	457.829	Total do passivo e patrimônio líquido		555.025	457.829

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Demonstração do resultado	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	22	1.147.941	978.541
Custos dos produtos vendidos	23	<u>(968.211)</u>	<u>(825.186)</u>
Lucro bruto		179.730	153.355
Despesas com vendas	23	(53.261)	(47.536)
Despesas gerais e administrativas	23	(66.715)	(64.110)
Outras receitas (despesas) líquidas	24	<u>30.470</u>	<u>26.085</u>
Lucro operacional		90.224	67.794
Receitas financeiras	25	48.929	35.442
Despesas financeiras	25	<u>(67.274)</u>	<u>(53.734)</u>
Resultado financeiro líquido		(18.345)	(18.292)
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	13	(909)	(1.091)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		70.970	48.411
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	<u>(4.712)</u>	<u>(749)</u>
Lucro líquido do exercício		66.258	47.662
Lucro básico e diluído por ação	29	2,10	1,51

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Demonstração do resultado abrangente	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício		66.258	47.662
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>66.258</u>	<u>47.662</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Incentivo fiscal	Legal	Incentivo Fiscal	Especial		Lucros Acumulados
Em 1º de janeiro de 2018	103.057	8.326	1.635	14.958	23.302	-	151.278
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	66.258	66.258
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	66.258	66.258
Destinação do lucro do exercício							
Reserva legal	-	-	3.118	-	-	(3.118)	-
Incentivo fiscal	-	-	-	3.899	-	(3.899)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(21.246)	(21.246)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(10.497)	(10.497)
Constituição de reserva especial	-	-	-	-	27.498	(27.498)	-
Total da destinação do lucro do exercício	-	-	3.118	3.899	27.498	(66.258)	(31.743)
Em 31 de dezembro de 2018	103.057	8.326	4.753	18.857	50.800	-	185.793

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Incentivo fiscal	Legal	Incentivo Fiscal	Especial		Lucros (prejuízos) Acumulados
Em 1º de janeiro de 2017	322.000	8.326	-	-	-	(218.943)	111.383
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.662	47.662
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	47.662	47.662
Destinação do lucro do exercício							
Absorção de prejuízos do exercício	(218.943)	-	-	-	-	218.943	-
Reserva legal	-	-	1.635	-	-	(1.635)	-
Incentivo fiscal	-	-	-	1.648	-	(1.648)	-
Reconstituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	13.310	-	(13.310)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(7.767)	(7.767)
Constituição de reserva especial	-	-	-	-	23.302	(23.302)	-
Total da destinação do lucro do exercício	(218.943)	-	1.635	14.958	23.302	171.281	(7.767)
Em 31 de dezembro de 2017	103.057	8.326	1.635	14.958	23.302	-	151.278

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.970	48.411
Ajustes de		
Depreciação e amortização	13.692	19.252
Valor residual de imobilizado e investimentos baixados	(20.081)	2.240
Provisão (reversão) para contas a receber de clientes, nos estoques e contingências	(8.980)	(6.297)
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	909	1.091
Despesas de juros	28.569	18.039
Operações com derivativos	(2.771)	2.931
Amortização de patente	636	636
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	845	(25.142)
Estoques	(22.071)	27.101
Depósitos judiciais	(2.680)	2.332
Demais contas a receber	4.269	(18.115)
Tributos a recuperar não circulante	(824)	13.042
Valores a receber não circulante	(921)	5.937
Fornecedores	2.162	20.801
Impostos e obrigações trabalhistas	(1.077)	1.443
Demais contas a pagar	<u>4.357</u>	<u>9.820</u>
Caixa gerado nas operações	67.004	123.522
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(4.712)</u>	<u>(749)</u>
Juros sobre financiamentos pagos	<u>-</u>	<u>(17.816)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>62.292</u>	<u>104.957</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(38.886)	(26.412)
Aquisição de intangível	(202)	(232)
Receita de venda de ativos	26.990	30
Aplicações financeiras	3.587	(251)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(8.511)</u>	<u>(26.865)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Novos empréstimos	227.609	21.450
Empréstimos pagos	(193.932)	(76.953)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	<u>(28.924)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>4.753</u>	<u>(55.503)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	58.534	22.589
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	<u>56.357</u>	<u>33.768</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	<u><u>114.891</u></u>	<u><u>56.357</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Elekeiroz
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Vendas de produtos	1.423.965	1.217.937
Perda estima para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.963)</u>	<u>(128)</u>
	<u>1.421.002</u>	<u>1.217.809</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos	(1.207.020)	(984.210)
Materiais, energia, serviços de terceiros e despesas	<u>(90.300)</u>	<u>(51.792)</u>
	<u>(1.297.320)</u>	<u>(1.036.002)</u>
Valor adicionado bruto	<u>123.682</u>	<u>181.807</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	<u>(13.692)</u>	<u>(19.252)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>109.990</u>	<u>162.555</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	(909)	(1.091)
Receitas financeiras	<u>48.929</u>	<u>35.442</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>158.010</u></u>	<u><u>196.906</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	67.955	63.155
Benefícios	10.861	9.637
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	4.098	4.213
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	19.946	27.917
Estaduais	(30.917)	(3.074)
Municipais	1.016	1.221
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	2.977	3.773
Juros	15.816	42.402
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	31.743	7.767
Lucro retido do exercício	<u>34.515</u>	<u>39.895</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>158.010</u></u>	<u><u>196.906</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Informações gerais

A Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, controlada pelo Fundo Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (Fundo Kilimanjaro) e conta com três unidades industriais: duas em Camaçari – BA e uma em Várzea Paulista – SP, onde está sua sede. A Companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Elekeiroz são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 04 de junho de 2018, foi concluída a operação da alienação da totalidade da participação societária detida pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. na Elekeiroz S.A. para o novo controlador Fundo Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

O novo acionista controlador emitiu em 04 de julho de 2018 o Fato Relevante comunicando ao mercado e aos acionistas que decidiu proceder com o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Elekeiroz S.A. e protocolou na CVM e na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão o pedido de registro de oferta pública unificada de aquisição, pelo Fundo Kilimanjaro, de ações ordinárias e preferências de emissão da Companhia para fins de cancelamento do registro da Companhia na categoria A e sua saída do segmento básico de listagem da B3 (OPA).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

.CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes":

A Companhia optou, para fins de transição para o CPC 47, pelo método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação das cifras comparativas do ano anterior (2017) e com os impactos acumulados da adoção inicial. Não houve ajustes contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de CPC 47 referem-se a vendas de produtos químicos, cujas negociações não subentendem obrigações pós-vendas, serviços incorporados, programas de fidelizações ou descontos atrelados a performance ou qualquer outra forma de obrigações pós vendas.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

.CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":

A Companhia elaborou uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável e revisou seus ativos e passivos financeiros em conformidade com o CPC 48. A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, é a Administração da Companhia, que é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- . Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. No caso de instrumento de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8 Outros ativos circulante e não circulante

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Softwares

Inclui o direito de uso de *softwares*, capitalizados com base no custo incorrido e amortizados de acordo com sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 5 anos.

2.10 Propriedades para investimentos

A Companhia é proprietária de um imóvel em Arujá-SP não utilizado em suas operações. A administração da Companhia optou por avaliar a propriedade ao custo, sendo que o saldo está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, quando aplicável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a uma taxa média de 4% ao ano.

A Companhia possui um apartamento localizado em Canoas – RS, recebido como pagamento de cliente, o qual foi classificado como propriedade para investimento.

Na data destas demonstrações o valor contábil desses ativos não excede ao seu valor recuperável estimado com base em laudo de avaliação a valor de mercado. O saldo das propriedades para investimento está apresentado na rubrica de Investimentos (Nota 14).

2.11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes, como reformas e inspeções periódicas necessárias à operação, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	Anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Terrenos	Não depreciados

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

Na data destas demonstrações contábeis a Companhia não possui operações de arrendamento mercantil financeiro.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e estão sendo compensados os prejuízos fiscais existentes. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – BA no percentual de 75% até 31 de dezembro de 2025. A provisão para imposto de renda é constituída líquida da parcela relativa a incentivos fiscais, não havendo condições a serem cumpridas que pudessem afetar o reconhecimento deste crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência do tipo contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.18 Capital social

O capital da Companhia é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

(a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(c) Receita com dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

(d) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores conforme deliberado pelo Conselho de Administração, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração e por Assembleia dos Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Novas normas contábeis ainda não adotadas

A seguinte norma foi emitida pelo IASB em 2018 com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- (i) **.IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Companhia, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

(b) Plano de pensão

A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado ao Plano de Contribuição Definida. O valor contabilizado na rubrica Plano de Previdência Privada representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

(c) Provisões para contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para passivos trabalhistas e tributários, provisão para créditos de liquidação duvidosa e redução ao valor recuperável de ativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de dependência de insumos básicos.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Executiva Finanças e TI, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Gerência Executiva Finanças e TI da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Administração e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de moeda

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. A Companhia gera ativos em moeda estrangeira, oriundos de receitas de exportações e passivos em moeda estrangeira decorrentes de importações de matérias primas e equipamentos necessários às suas operações normais ou de tomadas de financiamento externo em condições que lhe sejam convenientes também. De forma a não incorrer ou mitigar ao máximo os riscos de câmbio, o que é uma de suas políticas financeiras básicas, a Companhia utiliza-se do instrumento de adiantamento de contratos de câmbio - ACC, bem como operações de derivativos financeiros, para evitar o descasamento dos ativos e passivos em moeda estrangeira. A exposição líquida e a análise de sensibilidade às variações na taxa de câmbio estão apresentadas na Nota 4.1 (e).

(ii) Operações com derivativos

Com a finalidade de se proteger das variações de câmbio, a Companhia contratou operações com derivativos referentes aos contratos de SWAP US\$ x CDI. Os detalhes da operação estão descritos na Nota 34.

(iii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de derivativos de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas. A análise de sensibilidade exigida está apresentada na Nota 4.1 (e).

(iv) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a empresa a baixar preços, prejudicando os resultados.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência Executiva Finanças e TI, Diretoria Comercial e Gerência Financeira.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 10% do faturamento líquido.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating*. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento dos fluxos de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo departamento financeiro. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e recursos em bancos no valor de R\$ 114.025 (R\$ 53.337 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 866 em fundos de investimentos (R\$ 3.020 em 31 de dezembro de 2017) e em títulos e valores mobiliários de R\$ 0,00 (R\$ 3.587 em 31 de dezembro de 2017) que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia na data de encerramento destas demonstrações:

Em 31 de dezembro de 2018:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	56.414	-	-	56.414
Financiamentos	87.797	81.434	61.794	231.025
Outros passivos	8.262	15.999	-	24.261
Total	152.473	97.433	61.794	311.700

Em 31 de dezembro de 2017:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	54.252	-	-	54.252
Financiamentos	80.807	84.032	3.950	168.789
Outros passivos	8.901	15.408	-	24.309
Total	143.960	99.440	3.950	247.350

As projeções contidas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o próximo ano demonstram a capacidade de geração de caixa e cumprimento das obrigações, caso sejam concretizadas.

(d) Dependência de insumos básicos

Devido à volatilidade dos preços nos mercados internacionais, o aumento do valor de insumos básicos – como propeno, ortoxileno, enxofre, gás natural, benzeno, energia elétrica, entre outros – pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando os seus resultados.

(e) Análises de sensibilidades adicional– risco cambial e taxa de juros

Com base nos saldos de ativos e passivos expostos ao câmbio em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou duas simulações com aumentos nas taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações. Conforme demonstrado no quadro a seguir, considerada a baixa exposição líquida, variações cambiais dentro dos limites simulados não trariam impactos significativos aos resultados da Companhia.

RISCO DE VARIAÇÃO CAMBIAL					
Operação	Saldo 31/12/2018	Efeitos no Resultado até o Vencimento			
		Provável	Possível	Remoto	
			(+/- 25%)	(+/- 50%)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Exportações a Receber	31.483	156	Perda US\$ (7.910)	(15.819)	
Total de ativos financeiros	31.483	156	(7.910)	(15.819)	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Desconto Cambial (-) SWAP	738	(7)	Perda US\$ (186)	(373)	
Fornecedores Exterior	16.358	(106)	Perda US\$ (4.116)	(8.232)	
Total de passivos financeiros	17.096	(113)	(4.302)	(8.605)	
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	14.387	43	Perda US\$ (12.212)	(24.424)	



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.2 Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, recebíveis exportações garantia ACC e SWAP. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
A - Total dos empréstimos e financiamentos (nota 18)	231.025	168.789
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(114.891)	(56.357)
C - (-) Aplicações financeiras	-	(3.587)
D - (-) Recebíveis exportações garantia ACC	(12.618)	-
E - (+/-) SWAP (nota 34)	(3.201)	(430)
F = (A - B - C - D - E) - Dívida líquida	100.315	108.415
G - Total do patrimônio líquido	185.793	151.278
H = (F + G) - Capital total	286.108	259.693
F / H = Índice de alavancagem financeira	35%	42%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

.Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

.Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

.Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

4.4 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas".

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2018

Instrumentos financeiros	Custo Amortizado	Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalente de caixa	114.891	-	114.891
Aplicação financeira	-	-	-
Contas a receber	119.765	-	119.765
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.201	3.201
Outros ativos	40.730	-	40.730
Empréstimos e financiamentos	231.025	-	231.025
Fornecedores	56.414	-	56.414
Outros passivos	24.261	-	24.261
Total	587.086	3.201	590.287

Em 31 de dezembro de 2017

Instrumentos financeiros	Custo Amortizado	Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalente de caixa	56.357	-	56.357
Aplicação financeira	3.587	-	3.587
Contas a receber	122.363	-	122.363
Instrumentos financeiros derivativos	-	430	430
Outros ativos	30.783	-	30.783
Empréstimos e financiamentos	168.789	-	168.789
Fornecedores	54.252	-	54.252
Outros passivos	24.309	-	24.309
Total	460.440	430	460.870

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante e não circulante, é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros em quatro categorias:

Rating	Tempo de Cadastro	Histórico de Pagamentos
A	Acima de 5 anos	Pontual
B	Acima de 3 anos	Até 1 dia de atraso médio
C	Igual ou menor de 3 anos	Acima de 1 dia de atraso médio
D	-	Inadimplentes

Rating	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
A	48,7%	50,7%
B	21,3%	1,6%
C	12,5%	28,3%
D	17,5%	19,4%

Os depósitos em bancos e aplicações financeiras no montante de R\$ 114.891 (R\$ 56.357 em 31 de dezembro de 2017) estão classificados como baixo risco para curto prazo.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Recursos em bancos e em caixa	1.947	75
Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	112.078	53.262
Aplicações financeiras de curto prazo – Fundos de investimento	866	3.020
Total	114.891	56.357

As aplicações de curto prazo foram classificadas como mantidas para negociação e são representadas basicamente por Certificado de Depósito Bancários – CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa CDI. A taxa média das aplicações em 31 de dezembro de 2018 é de 99,22% do CDI (em 31 de dezembro de 2017 – 98,32% do CDI).

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de R\$ 0,00 (R\$ 3.587 em 31 de dezembro de 2017) referente a aplicações financeiras para as quais a entidade tem a intenção de manter até o vencimento. Essas aplicações financeiras são remuneradas a 100% da variação do CDI.

8 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Clientes no País	93.026	104.882
Clientes no exterior	31.483	20.472
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(4.744)	(2.991)
Total circulante	119.765	122.363
Clientes no País	24.857	26.076
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(24.857)	(26.076)
Total contas a receber	119.765	122.363

Os recebíveis de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia revisa trimestralmente sua carteira de recebíveis avaliando as expectativas de realização dos créditos. Esta avaliação considera principalmente: (i) alteração em dados cadastrais, (ii) informações econômico-financeiras, (iii) histórico de compras e pagamentos, (iv) informações restritivas no mercado, (v) consultas a sistemas externos de informação e (vi) garantias.

Para os clientes que iniciam processos de recuperação judicial são constituídas imediatamente provisões que variam de 20% a 100% dos créditos a receber. Este provisionamento considera análise caso a caso, sendo revisado a medida que a situação do cliente evolui, com apresentação dos planos de recuperação e suas respectivas condições, aprovação ou não do plano na assembleia de credores, julgamento quanto à possibilidade ou não do cliente efetivamente conseguir cumprir o plano, etc.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e nestes períodos nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros: A Companhia elaborou uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável. As análises são realizadas mensalmente e as perdas esperadas estão registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
A vencer	113.678	114.145
Vencidos até 30 dias	3.515	6.011
Vencidos de 31 a 60 dias	1.716	1.465
Vencidos de 61 a 90 dias	342	946
Vencidos de 91 a 120 dias	588	113
Vencidos acima de 120 dias	29.526	28.750
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(29.600)	(29.067)
Total	119.765	122.363

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes vencidos até 60 dias, no valor de R\$ 5.231 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 7.476) referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, são prorrogações e atrasos normais.

Os títulos vencidos há mais de 61 dias no valor de R\$ 30.456 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 29.809) com perdas de R\$ 29.600 (em 31 de dezembro de 2017 R\$29.067) referem-se, substancialmente, a clientes em recuperação judicial. Os recebíveis desses clientes foram provisionados integralmente.

As movimentações da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da Companhia são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo Inicial	29.067	28.867
(+) Constituição provisão	6.510	778
(-) Realização provisão	(5.977)	(578)
Saldo Final	29.600	29.067
Demonstrado como:		
Circulante	4.744	2.991
Não circulante	24.856	26.076

A constituição e a baixa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "despesas com vendas e outras despesas operacionais".

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reais	88.282	101.891
Euros	870	567
Dólares Americanos	30.613	19.905
	119.765	122.363



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

9 Estoques

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos acabados	37.434	41.088
Matérias primas, auxiliares e embalagens	57.443	29.405
Almoxarifado geral	10.937	13.250
Provisão para perdas nos estoques (¹)	(2.998)	(4.693)
Total	102.816	79.050

(¹) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações contábeis.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 968.211 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 825.186 em 31 de dezembro de 2017).

As movimentações da provisão para perdas nos estoques da Companhia são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo Inicial	4.693	6.824
(+) Constituição provisão	43	1.381
(-) Realização provisão	(1.738)	(3.512)
Saldo Final	2.998	4.693

10 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Impostos a recuperar / compensar		
Contribuição social sobre lucro	1.717	12
Imposto de renda	3.060	802
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	2.318	1.410
ICMS saldo Credor – BA	2.536	4.997
Crédito fiscal relativo ao programa Reintegra	2.390	1.035
Créditos tributários federais a compensar decorrentes de processos judiciais transitado em julgado	6.616	20.366
Outros	1.261	471
Total	19.898	29.093
Demonstrado como:		
Circulante	18.393	28.412
Não circulante	1.505	681

11 Tributos diferidos

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, – a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Saldo inicial 31/12/17	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2018
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	60.843	1.185	(6.116)	55.912
Provisão para devedores duvidosos	9.882	2.214	(2.032)	10.064
Provisão para contingências trabalhistas	5.765	1.177	(3.033)	3.909
Provisão para contingências fiscais	1.011	876	(803)	1.084
Impairment ativo imobilizado e intangível	43.493	-	(5.817)	37.676
Baixa ativo imobilizado e fábricas desativadas	10.193	-	-	10.193
Provisões diversas	13.261	6.406	(10.085)	9.582
Ajuste a valor presente (AVP)	720	136	(276)	580
Baixas de diferido	56	-	(56)	-
Total de ativos de impostos diferidos	145.224	11.994	(28.218)	129.000
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	4.090	-	(1.670)	2.420
Superávit contribuições plano de previdência	3.534	303	(3.837)	-
Total de passivos de impostos diferidos	7.624	303	(5.507)	2.420
Total de imposto diferido líquido	137.600	11.691	(22.711)	126.580
Resumo:				
Valor recuperável (¹)	18.345	-	-	18.345
Valor dos impostos diferidos não constituídos	119.255	11.691	(22.711)	108.235
Total de imposto diferido líquido	137.600	11.691	(22.711)	126.580

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. A Companhia não reconheceu ativos de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 108.235 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 119.255).

(¹) Valor recuperável em 10 anos conforme a projeção de resultados tributários.

12 Outros ativos

	31 de dezembro	
	de 2018	de 2017
Depósitos judiciais e vinculados	7.914	6.833
Participação no fundo previdencial – Plano CD (¹)	-	10.395
Venda de ativo imobilizado (²)	29.756	12.153
Créditos com partes relacionadas	1.599	-
Outros ativos	1.461	1.402
Total	40.730	30.783
Demonstrado como:		
Circulante	10.412	5.283
Não circulante	30.318	25.500

(¹) Devido à transferência do controle acionário da Companhia do grupo Itaúsa para o Fundo Kilimanjaro, foi solicitado junto à Previc o encerramento da solidariedade entre a Elekeiroz S.A. e as Companhias que compõe a Fundação Itaúsa Industrial, sendo efetuada a baixa de seu montante de participação.

(²) A Companhia alienou dois imóveis de sua propriedade localizados no município de Várzea Paulista sendo: (i) em agosto de 2015 por R\$ 23.500 com prazo de recebimento em 64 parcelas corrigidas pelo IGPM + 2% a.a., foram recebidas 36 parcelas até o encerramento destas demonstrações; (ii) em abril de 2018 por R\$ 23.654 com prazo de recebimento em 36 parcelas corrigidas pelo IGPM + 3% a.a., com a primeira parcela à vencer em abril/2019. Conforme orientado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente – a Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do contas a receber descontando as parcelas pela variação do CDI e reconhecendo o AVP no contas a receber de clientes parcelas no circulante e não circulante.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13 Investimentos

	Participações em Controladas em Conjunto			Outros Investimentos		Total Investimentos
	Nexoleum Bioderivados S.A.			Cetrel S.A.	Outros	
	Valor contábil	Mais valia dos ativos Intangível	Total	Valor contábil	Valor contábil	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.491	13.286	15.777	5.463	5	21.245
Equivalência patrimonial	(909)	-	(909)	-	-	(909)
Amortização do intangível	-	(636)	(636)	-	-	(636)
Baixas	-	-	-	-	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.582	12.650	14.232	5.463	2	19.697

A Companhia possui participação de 50% na Empresa Nexoleum Bioderivados S.A., *joint venture* que explora mercado de plastificantes com base renovável, por meio de produção e oferta de produtos bioderivados de origem vegetal no Brasil e em regiões relevantes como Estados Unidos e Europa.

Os outros investimentos não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos de *impairment* quando aplicável

14 Propriedades para investimentos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor de imóvel, terreno e das instalações, líquido de depreciação	2.023	2.029

A Companhia possui terreno e instalações no município de Arujá classificadas como propriedades para investimentos. O valor justo em 31 de dezembro de 2018, com base em laudos de especialistas é de R\$ 38.000 (valor contábil do imóvel em 31 de dezembro de 2018: R\$ 1.455), não há variação significativa neste valor até a data destas demonstrações financeiras.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu como pagamento de dívida com cliente um apartamento localizado na Cidade de Canoas – RS. O qual foi classificado como propriedade para investimento. O valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 650 (valor contábil do apartamento em 31 de dezembro de 2018: R\$ 568).



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

15 Imobilizado

Resumo do imobilizado

	Terrenos	Construções	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de processamento de dados	Imobilizado em curso	Impairment	Total
Saldo Inicial em 31/12/16									
Custo	9.819	55.468	540.144	4.753	3.250	4.130	18.349	-	635.913
Depreciação acumulada	-	(41.216)	(351.602)	(3.309)	(2.305)	(3.041)	-	-	(401.473)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(796)	(131)	(363)	(7.501)	-	(150.517)
Saldo contábil líquido	9.819	5.417	55.651	648	814	726	10.848	-	83.923
Em 31/12/2017									
Saldo inicial	9.819	5.417	55.651	648	814	726	10.848	-	83.923
Aquisições	-	34	1.687	28	247	170	24.246	-	26.412
Baixas custo	-	-	(331)	(3)	(156)	(99)	(2.123)	-	(2.712)
Baixas deprec acumulada	-	-	234	1	120	86	-	-	441
Depreciações	-	(1.974)	(41.547)	(286)	(394)	(364)	-	26.740	(17.825)
Transferências	-	709	20.813	100	36	55	(21.785)	-	(72)
Saldo contábil líquido	9.819	4.186	36.507	488	667	574	11.186	26.740	90.167
Saldo em 31/12/2017									
Custo	9.819	56.210	562.313	4.878	3.377	4.255	18.686	-	659.538
Depreciação acumulada	-	(43.189)	(392.915)	(3.593)	(2.579)	(3.318)	-	-	(445.594)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	(7.500)	26.740	(123.777)
Saldo contábil líquido	9.819	4.186	36.507	488	667	574	11.186	26.740	90.167
Em 31/12/2018									
Saldo inicial	9.819	4.186	36.507	488	667	574	11.186	26.740	90.167
Aquisições	-	21	1.752	200	739	250	35.924	-	38.886
Baixas custo	(5.239)	(1.909)	(1.479)	(8)	(668)	(213)	(1.375)	216	(10.675)
Baixas deprec acumulada	-	1.663	1.404	8	484	210	-	-	3.769
Depreciações	-	(1.654)	(26.378)	(283)	(308)	(378)	-	16.786	(12.215)
Transferências	-	596	9.972	35	71	-	(10.674)	-	-
Saldo contábil líquido	4.580	2.903	21.778	440	985	443	35.061	43.742	109.932
Saldo em 31/12/2018									
Custo	4.580	54.918	572.558	5.105	3.519	4.292	42.562	-	687.534
Depreciação acumulada	-	(43.180)	(417.889)	(3.868)	(2.403)	(3.486)	-	-	(470.826)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	(7.501)	43.742	(106.776)
Saldo contábil líquido	4.580	2.903	21.778	440	985	443	35.061	43.742	109.932

O montante de R\$ 12.215 (R\$ 17.825 em 31 de dezembro de 2017) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$11.013 (R\$ 16.644 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 1.202 (R\$ 1.181 em 31 de dezembro de 2017) em "Despesas gerais e administrativas".

Impairment de ativos não financeiros

Em atendimento ao CPC 01, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado e intangível em 31.12.2016.

A Companhia constatou que as Unidades Geradoras de Caixa de Álcoois, Anidrido Maleico e Resinas de Poliéster apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, resultando na constituição de *impairment* sobre esses ativos.

A única Unidade Geradora de Caixa de Camaçari é a planta de Álcoois/Gases, que demandou *impairment*, portanto o mesmo tratamento foi aplicado aos ativos de suas áreas de apoio e de suas áreas indiretas.

Em 2018 a Companhia refez o estudo de *Impairment* de seus ativos imobilizados e intangíveis para o período de 10 anos, utilizando premissas econômicas divulgadas pelo Banco Itaú BBA para os próximos 5 anos e extrapolando as premissas para os anos seguintes, considerando as variações de suas principais matérias primas e produtos de acordo com as variações projetadas para o mercado. Apesar do melhor desempenho apresentado pela Companhia em 2018, as projeções de longo prazo ainda confirmam o estudo de *Impairment* feito em 2016, sendo por isso mantido pela Companhia.



Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16 Intangível

Resumo do intangível			
	Software direito de uso	Impairment	Total
Saldo Inicial em 31/12/16			
Custo	10.337	-	10.337
Amortização acumulada	(5.773)	-	(5.773)
Impairment	(780)	-	(780)
Saldo contábil líquido	3.784	-	3.784
Em 31/12/2017			
Saldo inicial	3.784	-	3.784
Aquisições	232	-	232
Amortização	(1.565)	138	(1.427)
Transferências	72	-	72
Saldo contábil líquido	2.523	138	2.661
Saldo em 31/12/2017			
Custo	10.641	-	10.641
Amortização acumulada	(7.338)	-	(7.338)
Impairment	(780)	138	(642)
Saldo contábil líquido	2.523	138	2.661
Em 31/12/2018			
Saldo inicial	2.523	138	2.661
Aquisições	202	-	202
Amortização	(1.584)	107	(1.477)
Saldo contábil líquido	1.141	245	1.386
Saldo em 31/12/2018			
Custo	10.842	-	10.842
Amortização acumulada	(8.921)	-	(8.921)
Impairment	(780)	245	(535)
Saldo contábil líquido	1.141	245	1.386

17 Fornecedores, obrigações com pessoal e outros passivos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a pagar aos fornecedores	56.414	54.252
Obrigações com pessoal	10.162	9.669
Provisão para desmontagem (¹)	15.000	15.000
Provisões diversas	1.644	2.021
Outras contas a pagar	7.617	7.288
	90.837	88.230
Demonstrado como:		
Circulante	74.838	72.822
Não circulante	15.999	15.408

(¹) No exercício de 2016, devido à desativação das fábricas de Plásticos e Ftálico da unidade de Camaçari (BA), a Companhia constituiu provisão de R\$ 15.000 para a desmontagem das linhas. Atualmente estão sendo avaliadas propostas e prazos para a execução desse trabalho.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

18 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos, referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro, têm as seguintes características:

Modalidade	Encargos - %	Garantias	Amortização	Término	31/12/2018		31/12/2017	
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	-	-	12.003	20.097
BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/04/2021	-	-	2.478	6.701
BNDES	3,00 a 6,00 aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	-	-	670	1.264
FINEP	3,50 aa	Aval Itaúsa	Mensal	15/04/2021	-	-	2.059	4.780
BNB	9,50 aa	Aval Itaúsa	Mensal	29/12/2020	-	-	9.299	19.408
SAFRA FINAME	TJLP + 4,50 aa	Equipamento	Mensal	15/09/2022	-	-	13	177
NCE – SAFRA	127,00% CDI	Recebíveis	Semestral	27/06/2019	-	-	27.466	25.000
NCE – CCB	100,00% CDI	-	Anual	16/04/2019	15.315	-	-	-
FINEX SANTANDER	CDI + 2,28 aa	-	Final	29/07/2019	15.517	-	-	-
CCE - SANTANDER	CDI + 2,5 aa	Cessão fiduciária	Semestral	15/06/2023	7.001	23.333	-	-
CCB – BRASIL	CDI + 2,35 aa	Cessão fiduciária	Semestral	02/05/2023	9.745	31.111	-	-
DEBÊNTURES SIMPLES	CDI + 2,50 aa	Cessão fiduciária	Trimestral	22/06/2023	20.461	90.588	-	-
(-) CUSTOS DE CONTRATAÇÃO					(1.155)	(1.804)	-	-
TOTAL MOEDA NACIONAL					66.884	143.228	53.988	77.427
BNDES	VARIAÇÃO CAMBIAL + 2,12 a 2,16 aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/10/2020	-	-	2.800	3.780
NCE – ABC	129,25% CDI	Cessão fiduciária	Anual	04/07/2019	8.141	-	7.134	6.775
4131 – SAFRA	131,70% CDI	Aval Itaúsa	Final	17/07/2018	-	-	16.885	-
ACC – SAFRA	4,72 aa	-	Final	25/01/2019	12.772	-	-	-
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					20.913	-	26.819	10.555
TOTAL					87.797	143.228	80.807	87.982

Com a conclusão da alienação do controle acionário da Companhia, conforme Fato Relevante de 04 de junho de 2018, o novo controlador iniciou o processo de reestruturação financeira da Companhia, com captação de recursos com prazo de vencimento de longo prazo, para liquidação antecipada dos demais contratos existentes em grande parte com o Aval da Itaúsa em suas garantias.

As referidas liquidações ocorreram a partir de julho de 2018.

Em junho de 2018 a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações da espécie com garantia real em série única no valor de R\$ 110.000 com vencimento em 22 de julho de 2023, remunerada pela CDI + 2,50 a.a. com amortizações trimestrais a partir de 22 de setembro de 2019.

Os financiamentos classificados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2020	40.580	58.654
2021	40.854	25.378
2022	41.126	3.914
2023	20.668	36
Total	143.228	87.982

Os valores dos financiamentos estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam dos seus valores justos.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O quadro abaixo detalha a movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição da dívida líquida:

	Empréstimos bancários							
	Circulante	Não circulante	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Derivativos	Aplicações financeiras	Recebíveis em garantia	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2017	67.715	149.526	217.241	(33.768)	3.467	(3.335)	-	183.605
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(94.769)	-	(94.769)	(22.589)	-	(252)	-	(117.610)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	43.572	-	43.572	-	(3.897)	-	-	39.675
Aquisição	21.450	-	21.450	-	-	-	-	21.450
Variações monetárias/cambiais	(18.705)	-	(18.705)	-	-	-	-	(18.705)
Transferências para o circulante	61.544	(61.544)	-	-	-	-	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	80.807	87.982	168.789	(56.357)	(430)	(3.587)	-	108.415
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(193.932)	-	(193.932)	(58.534)	-	3.587	-	(248.879)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	48.227	-	48.227	-	(2.771)	-	(12.618)	32.838
Aquisição	-	227.609	227.609	-	-	-	-	227.609
Variações monetárias/cambiais	(19.668)	-	(19.668)	-	-	-	-	(19.668)
Transferências para o circulante	172.363	(172.363)	-	-	-	-	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	87.797	143.228	231.025	(114.891)	(3.201)	-	(12.618)	100.315

Acordo e restrições contratuais ("Covenants")

A Companhia no curso normal de seus negócios obtém empréstimos com instituições financeiras e firma acordos comerciais com demais entidades os quais são formalizados contratualmente com suas respectivas definições de cláusulas de atendimento, restrições e/ou garantias ("covenants"). De forma geral, as restrições às quais a Companhia está sujeita tratam, sobretudo em 2018, quanto aos contratos de financiamentos e empréstimos junto aos bancos do Brasil e Santander e na emissão das debêntures. Em 2017 as restrições se referiam ao contrato de financiamentos e empréstimos junto ao BNDES. O indicador previsto nesses contratos é Dívida Líquida/EBITDA.

No encerramento destas demonstrações a Companhia está cumprindo os covenants previstos nos contratos de empréstimos junto aos bancos do Brasil e Santander e na emissão das debêntures.

19 Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Obrigações tributárias federais	4.224	4.247
Obrigações tributárias estaduais	-	1.683
Total de tributos a recolher	4.224	5.930
Demonstrado como:		
Circulante	4.224	5.930
Não circulante	-	-

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

(a) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas classificadas em um primeiro momento como prováveis. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que as provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão impactos significativos na posição econômico-financeira da Companhia, conforme apresentado a seguir:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2018	2.974	16.958	6.785	26.717
Atualização monetária	127	993	339	1.459
Constituição	2.448	2.353	915	5.716
Reversão	(1.995)	(2.227)	(2.784)	(7.006)
Pagamentos	(365)	(6.577)	(1.046)	(7.988)
Em 31 de dezembro de 2018	3.189	11.500	4.209	18.898

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2017	2.634	21.836	6.541	31.011
Atualização monetária	147	1.661	174	1.982
Constituição	2.296	1.889	1.000	5.185
Reversão	(1.919)	(2.724)	(668)	(5.311)
Pagamentos	(184)	(5.704)	(262)	(6.150)
Em 31 de dezembro de 2017	2.974	16.958	6.785	26.717

(i) Tributárias

As ações tributárias com perda provável referem-se: escrituração de ICMS, majoração da alíquota de IPTU e diversos.

(ii) Trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial. Em todos os casos onde a probabilidade de perda é provável segundo as opiniões dos advogados responsáveis pelos processos as provisões estão integralmente registradas no balanço.

Os processos trabalhistas com perda provável referem-se principalmente a questões relativas a pedidos de responsabilidade subsidiária, doença ocupacional, equiparação salarial e horas extras, sendo que individualmente seus valores não representam risco expressivo para as operações da Companhia.

Os processos cíveis com perda provável referem-se principalmente a demandas decorrentes de questões ambientais e comerciais.

(b) Perdas possíveis

A Companhia está envolvida em outros processos de natureza tributário, trabalhista e cível, que por apresentarem probabilidade de perda possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não tem provisão constituída, conforme quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributárias	41.860	48.677
Trabalhistas	90.068	86.040
Cíveis	6.059	6.056
Total	137.987	140.773

i) Tributárias

Os passivos tributários em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 41.860 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 48.677), são constituídos por autos de infração principalmente relacionados aos seguintes temas: (i) compensação de crédito presumido de IPI no montante de R\$ 4.062 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 3.971); (ii) PIS e COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$ 5.081 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 4.931); (iii) contribuição previdenciária de R\$ 3.479 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 3.320); (iv) irregularidade na escrituração fiscal do ICMS Bahia de R\$ 0,00 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 9.979); (v) créditos de PIS/COFINS sobre serviços de insumos de R\$ 5.259 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 4.970); (vi) inclusão do ICMS na base de cálculo do AFRMM de importação de R\$



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.678 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 4.501) e (vii) demais processos no montante de R\$ 19.301 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 17.005).

(ii) Trabalhistas e cíveis

Os passivos trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 96.127 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 92.096) referem-se a danos morais, horas extras e subsidiariedade em relação a terceiros. Os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais, materiais e ambientais.

(c) Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações contábeis.

O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributário		
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	18.628	18.307
Outros tributários de valor inferior a R\$ 10 milhões	9.703	9.455
Total tributário	28.331	27.762
Cível		
Cobrança/execução de títulos extrajudicial	16.339	14.790
Outros cíveis de valor inferior a R\$ 10 milhões	117	2.778
Total cível	16.456	17.568

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 103.057 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 103.057), dividido em 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto (31 de dezembro de 2017 - 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto).

(b) Características das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm as seguintes características:

- (i) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no recebimento do dividendo obrigatório;
- (ii) Dividendo, por ação preferencial, nunca inferior ao que for atribuído a cada ação ordinária;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros;
- (iv) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;
- (v) Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a que lhes assegure preço unitário igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- (vi) Dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 por mil ações, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

(c) Reserva de capital

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda e do FINOR contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 8.326 (R\$ 8.326 em 31 de dezembro de 2017).

(d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída pelas reservas:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 4.753 (R\$ 1.635 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Reserva especial

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos e têm as seguintes finalidades: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários distribuíveis por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 50.800 (R\$ 23.302 em 31 de dezembro de 2017).

(iii) Reserva incentivo fiscal

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda e do programa Desenvolve Bahia contabilizados no resultado do exercício que posteriormente são transferidos para a reserva de incentivo fiscal e excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo, pois na forma da legislação fiscal vigente não podem ser distribuídos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 18.857 (R\$ 14.958 em 31 de dezembro de 2017).

(e) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal. O cálculo dos dividendos está demonstrado na nota 30.

22 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita bruta de vendas	1.423.964	1.217.937
Mercado interno	1.294.562	1.164.772
Mercado externo	129.402	53.165
Impostos sobre vendas e devoluções (IPI, ICMS, PIS, COFINS)	(276.023)	(239.396)
Receita líquida de vendas	1.147.941	978.541



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23 Despesas por natureza

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Matérias-primas e materiais de consumo	877.196	734.459
Remuneração, encargos e benefícios a empregados	84.041	82.555
Despesas variáveis de vendas	53.261	47.536
Depreciação e amortização	13.692	19.252
Créditos PIS e COFINS sobre depreciação	(1.297)	(2.395)
Despesas com manutenção	9.902	8.524
Serviços prestados por terceiros	15.049	13.508
Participação nos resultados	12.916	9.118
Outras despesas	23.427	24.275
Total	1.088.187	936.832
Custo dos produtos vendidos	968.211	825.186
Despesas com vendas	53.261	47.536
Despesas gerais e administrativas	66.715	64.110
Total	1.088.187	936.832

24 Outras receitas e (despesas) líquidas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reversões (provisões) tributárias líquidas	(659)	(2.344)
Reversões (provisões) trabalhistas líquidas	(1.065)	(118)
Reversões (provisões) cíveis e ambientais líquidas	1.822	(388)
Reversões (provisões) para perdas nos estoques	1.695	2.131
Projetos e pesquisas	(40)	(261)
Variação fundo previdencial da Fundação Itaúsa Industrial	(10.395)	(891)
Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas (¹)	17.822	15.320
Homologação de créditos tributários	1.316	16.259
Reversões (provisões) para créditos de liquidação duvidosa	(321)	361
Alienação e baixa de ativo imobilizado (líquido) (²)	20.956	(71)
Outras despesas	(661)	(3.913)
Total outras receitas (despesas) líquidas	30.470	26.085

(¹) Referente a Lei 12.859 de 10 de setembro de 2013, que concedeu incentivos tributários à indústria química, por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS sobre aquisições de matérias-primas.

(²) Em abril de 2018 a Companhia alienou um imóvel de sua propriedade localizado no município de Várzea Paulista por R\$ 23.654



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

25 *Receitas e (despesas) financeiras*

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.882	4.023
Variação cambial ativa	35.932	27.888
Juros e descontos obtidos	2.710	2.677
Reversão do ajuste a valor presente	812	510
Operações com derivativos	6.474	-
Outras	119	344
Total receitas financeiras	48.929	35.442
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(19.514)	(16.992)
Variação cambial passiva	(43.245)	(30.125)
Operações com derivativos	-	(2.931)
Outras	(4.515)	(3.686)
Total despesas financeiras	(67.274)	(53.734)
Resultado financeiro líquido	(18.345)	(18.292)

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras da demonstração do resultado do exercício.

26 *Ganhos (perdas) cambiais líquidos*

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas à demonstração do resultado são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ganho com variação cambial	35.932	27.888
Perda com variação cambial	(43.245)	(30.125)
	(7.313)	(2.237)

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras na demonstração do resultado do exercício.

27 *Imposto de renda e contribuição social*

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.970	48.411
(-) Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(19.395)	(3.563)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34%	(20.888)	(16.139)
Adições e exclusões permanentes	(1.283)	(729)
Adições e exclusões temporárias	10.927	14.814
Juros sobre capital próprio	3.568	-
PAT (programa de alimentação ao trabalhador)	195	55
Incentivo fiscal de redução do IRPJ calculado pelo lucro da exploração	2.769	1.250
Total	(4.712)	(749)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.712)	(749)



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

28 Informações por segmento de negócios

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das Informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos: Orgânicos e Inorgânicos, que apresentam características distintas em relação aos seus mercados.

Produtos orgânicos – incluem os Oxo-alcoóis, Anidridos Ftálico e Maleico, Plastificantes, Resinas de Poliéster Insaturado, Formol, Concentrado Uréia-formol e Ácido Fumárico.

Produtos inorgânicos - incluem o Ácido Sulfúrico e algumas atividades de revenda.

Em 31 de dezembro de 2018

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	996.847	151.094	-	1.147.941
CPV	(881.342)	(86.869)	-	(968.211)
Lucro bruto	115.505	64.225	-	179.730
Despesas com vendas	(38.811)	(14.450)	-	(53.261)
Despesas Administrativas e outras	-	-	(36.245)	(36.245)
Resultado financeiro	-	-	(18.345)	(18.345)
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	-	-	(909)	(909)
Impostos sobre o Lucro	-	-	(4.712)	(4.712)
Lucro líquido	76.694	49.775	(60.211)	66.258

Em 31 de dezembro de 2017

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	861.777	116.764	-	978.541
CPV	(755.249)	(69.937)	-	(825.186)
Lucro bruto	106.528	46.827	-	153.355
Despesas com vendas	(29.902)	(17.634)	-	(47.536)
Despesas Administrativas e outras	-	-	(38.025)	(38.025)
Resultado financeiro	-	-	(18.292)	(18.292)
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	-	-	(1.091)	(1.091)
Impostos sobre o Lucro	-	-	(749)	(749)
Lucro líquido	76.626	29.193	(58.157)	47.662

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

29 Lucro por ação

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas	66.258	47.662
Total de ações (milhares)	31.485	31.485
Lucro líquido por ação em (R\$) – básico e diluído	2,10	1,51

Nos exercícios apresentados não havia instrumentos conversíveis ou outras obrigações com potencial de diluição da quantidade de ações em circulação.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30 Dividendos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	31 de dezembro 2018
Lucro líquido do exercício	66.258
(-) Incentivo fiscal de redução de IRPJ reconhecido no resultado	(2.768)
(-) Incentivo fiscal do programa Desenvolve Bahia	(1.130)
(-) Reserva legal (5%)	(3.118)
(=) Base de cálculo	59.242
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.811
Dividendo complementar	6.435
Juros sobre o capital próprio	10.497
Total de dividendos	31.743

31 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Vendas e compras de produtos e serviços, dividendos e aplicações financeiras

Em 2017 as transações com empresas pertencentes à controladora Itaúsa referiam-se a compras e vendas de produtos e serviços e aluguel imobiliário, sendo realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

Em 2018 com a alienação do controle acionário da Itaúsa para o Fundo Kilimanjaro, a Companhia não possui nenhuma operação comercial e financeira com as empresas do novo controlador.

Empresa	Ref	Natureza da Operação	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Itaú Unibanco	a	Aplicação financeira	-	-	-	4.738	-	265
Itaú Corretora de Valores	b	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(32)
Itaúsa Empreendimentos	c	Prestação serviço e dividendos/JCP	-	-	-	-	9	(245)
Itaú Seguros	d	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(670)
Itaúsa	e	Prestação serviço e dividendos/JCP	-	-	-	-	7.494	(236)
Nexoleum	f	Contrato de mútuo	1.599	-	72	-	-	-

As aplicações financeiras no Banco Itaú S.A. são efetuadas nas condições normais do mercado financeiro dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia. Os rendimentos das aplicações financeiras estão reconhecidos no resultado.

- a) Itaú Unibanco S.A. – caixa e equivalentes de caixa.
- b) Itaú Corretora de Valores S.A. – prestação de serviços de custódia de ações.
- c) Itaúsa Empreendimentos S.A. – prestação de serviços de análise econômica e financeira; pagamento de dividendos.
- d) Itaú Seguros S.A. – contratação de apólices de seguros.
- e) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. – pagamento de dividendos e aluguel imobiliário.
- f) Nexoleum Bioderivados S.A – contrato de empréstimo de mútuo.

Todos os avais anteriormente concedidos pela acionista Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. foram trocados ou alterados por outras garantias. Em 31 de dezembro de 2017 o antigo controlador era garantidor de dívidas que somavam o valor de R\$ 102.223



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Diretoria	9.121	9.418
- Honorários	2.726	4.406
- Participação nos lucros	4.862	2.916
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	763	1.234
- Benefícios de curto prazo	311	382
- Benefícios pós-emprego	459	480
Conselho de Administração	707	1.671
- Honorários	562	1.322
- Encargos sociais (INSS)	112	264
- Benefícios pós-emprego	33	85

32 Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida - previdência privada

A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus colaboradores a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida (Plano PAI-CD). O plano é administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos da qual a Companhia é uma das patrocinadoras. Pela natureza do plano, não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes do mesmo. O regulamento vigente prevê a participação dos funcionários do percentual entre 1% a 10% do salário, sendo que a patrocinadora contribui com 100% do montante aportado pelos funcionários, tendo resultado em contribuições de R\$ 3.400 até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.005 em 31 de dezembro de 2017).

Devido à transferência do controle acionário da Companhia do grupo Itaúsa para o Fundo Kilimanjaro, foi solicitada junto à PREVIC o encerramento da solidariedade entre a Elekeiroz S.A. e as Companhias que compõe a Fundação Itaúsa Industrial, o que acarretará a transferência do fundo de previdência privada dos funcionários para outro administrador, que está sendo contratado.

33 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado é de R\$ 942.701 (R\$ 669.165 em 31 de dezembro de 2017).

34 Instrumentos financeiros derivativos

Nas operações com derivativos não existem liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui a operação:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui dois contratos desta modalidade, cujo valor *notional* é de US\$ 5,206 com vencimentos em 25/01/2019 e 04/07/2019 respectivamente, com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou essas operações com o objetivo de se proteger das constantes oscilações da taxa do dólar, lastreando dois contratos de cédula de crédito à exportação. O valor a receber dos contratos de SWAP está registrado no ativo circulante como ativo financeiro ao valor justo.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2018

Contrato de <i>SWAP</i>			
Valor <i>notional</i> US\$	Posição ativa	Posição passiva	Valor a receber
5,206	20.995	17.794	(3.201)

Em 31 de dezembro de 2017

Contrato de <i>SWAP</i>			
Valor <i>notional</i> US\$	Posição ativa	Posição passiva	Valor a receber
9,096	31.339	30.909	(430)



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Marcelo Marinho Cecchetto

Vice-presidente

Felipe Francisco da Silveira

Conselheiros

Pedro Samson Cury

Suplentes

Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque

Pedro Blanc Cezar de Andrade

DIRETORIA

Diretor Presidente

Marcos Antonio De Marchi

Diretor de Relações com Investidores

Marcos Antonio De Marchi

Diretores

Ricardo Craveiro Massari

Elder Antonio Martini

Djalma Roberto Zillo

Contador

CRC 1SP 244668/O-1